

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 511.801 - SE (2019/0147201-8)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : JOSÉ CLÁUDIO DOS SANTOS
ADVOGADO : JOSÉ CLÁUDIO DOS SANTOS - SE005640
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
PACIENTE : JOSE ANTONIO DIAS FILHO

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. CRIME DO ART. 121, § 2.º, INCISOS II, III E IV, DO CÓDIGO PENAL. NULIDADE DA INSTRUÇÃO CRIMINAL, POR SUPOSTA VIOLAÇÃO À GARANTIA CONSTITUCIONAL DA AMPLITUDE DE DEFESA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRONÚNCIA. EXCESSO DE LINGUAGEM. VÍCIO INEXISTENTE. FUNDAMENTAÇÃO NOS TERMOS DOS ARTS. 413 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL E 93, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. *HABEAS CORPUS* PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, DENEGADO.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, sem pedido liminar, impetrado em favor de JOSÉ ANTÔNIO DIAS FILHO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, proferido nos autos do Recurso em Sentido Estrito n.º 201800311492.

Consta dos autos que o Paciente foi pronunciado como incurso nas sanções do art. 121, § 2.º, incisos II, III e IV, do Código Penal. Narra a denúncia que "*o motivo que levou os cinco denunciados ao cometimento do ato delitífero em desfavor de Ivanovite, foi o fato deste, em companhia de Cicero Romão Batista Filho, vulgo 'Batata' e Sérgio de Jesus Batista, vulgo 'Urtiga' encapuzados. terem invadido e roubado no dia 30/08/2008 a Fazenda Jandaia*" (fl. 141), pertencente a corréu.

Irresignada, a Defesa do Paciente interpôs recurso em sentido estrito, buscando a impronúncia, que foi desprovido em acórdão assim ementado (fl. 224):

"RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - HOMICÍDIO QUALIFICADO (ART. 121, §2º, IV, DO CP) - SENTENÇA DE PRONÚNCIA EM RELAÇÃO AOS ORA RECORRENTES - PRELIMINARES DE NULIDADES PROCESSUAIS - NÃO ACOLHIMENTO - EIVAS NÃO CARACTERIZADAS - INEXISTÊNCIA DE EXCESSO DE LINGUAGEM DA SENTENÇA DE PRONÚNCIA - PROCEDIMENTO QUE SE PAUTOU PELO DEVIDO PROCESSO

Superior Tribunal de Justiça

LEGAL, O CONTRADITÓRIO E A AMPLA DEFESA - PRELIMINARES REJEITADAS - MÉRITO - NEGATIVA DE AUTORIA - INVIABILIDADE - INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA E PROVA DA MATERIALIDADE DELITIVA - PRESENTES OS REQUISITOS DO ART. 413 DO CPP - NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DO ACERVO PROBATÓRIO NÃO ADMITIDA NESTA FASE PROCESSUAL SOB PENA DE USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI (ART. 5º, XXXVIII, ALÍNEA 'D', DA CF) - MANUTENÇÃO INTEGRAL DO DECISUM - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO - UNÂNIME."

Daí o presente *habeas corpus* substitutivo de recurso ordinário, no qual o Impetrante sustenta nulidade absoluta porque o Juízo processante fixou prazo comum de 30 (trinta) dias para todos os corréus apresentarem alegações finais, em patente cerceamento de defesa. Aduz, ainda, nulidade da sentença de pronúncia por excesso de linguagem.

Busca, assim, o reconhecimento da nulidade da ação penal desde, ou o reconhecimento da nulidade da sentença de pronúncia e do acórdão que a manteve por excesso de linguagem.

Não houve pedido liminar.

As judiciosas informações foram prestadas às fls. 296-311 e 315-318. Consoante andamento processual disponibilizado no endereço eletrônico da Corte *a quo*, encontram-se os autos aguardando a apresentação do rol de testemunhas, conforme art. 422 do Código de Processo Penal.

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 320-325, opinando pelo não conhecimento do *writ*.

É o relatório. Decido.

De início, ressalto que a Defesa do Paciente, ao interpor recurso em sentido estrito na origem, não alegou a nulidade por cerceamento de defesa pela concessão de prazo comum aos corréus para apresentação das alegações finais. A matéria, igualmente, não foi debatida pelo Tribunal de Justiça, o que evidencia a flagrante incompetência desta Corte Superior para conhecer do tema, sob pena de indevida supressão de instância.

Friso que o recurso em sentido estrito, em razão de sua natureza restritiva, devolve ao Tribunal *ad quem* apenas a questão suscitada em suas razões, restando, assim, precluso o debate relativo a outra matéria que eventualmente tenha sido tratada na sentença

Superior Tribunal de Justiça

de pronúncia.

De outro lado, a segunda nulidade se refere ao suposto excesso de linguagem cometido pelo Juízo sumariante, ao proferir a decisão de pronúncia. Convém, assim, transcrever os principais trechos do *decisum* (fls. 79-98):

"2.2. Materialidade

A materialidade do delito encontra-se cabalmente demonstrada pelo Laudo Pericial Cadavérico de fls.154/160, bem como pelo Laudo de Exame de Local de Crime de fls.1.457/1.478.

2.2. Indícios de autoria

No tocante à autoria, há indícios suficientes para a decisão de pronúncia de PAULO NUNES DO NASCIMENTO, FLÁVIO NUNES DE SOUZA, JOSÉ ANTÔNIO DIAS FILHO.

Conforme termo gravado em mídia anexa aos autos, as testemunhas, ouvidas em Juízo, ratificaram a versão inicial de participação destes acusados no delito.

A testemunha Guilherme Eugênio Rodrigues Menezes afirmou em juízo que:[...]

A testemunha declarante Cícero Romão Batista Filho, conhecido por 'Batata' afirmou em juízo que: [...]

Analivia Barbosa de Andrade afirmou e juízo que: [...]

Izaque Santana de Oliveira afirmou em Juízo que: [...]

Jacyara Sant'Ana de Oliveira Mendonça (Delegada), afirmou em Juízo que: [...]

Marco Antônio Santana Fonseca disse em Juízo que: [...]

Jeferson Tadeu Fidelis Costa, primo da vítima Ivanovite Moura Teixeira, afirmou em Juízo que: [...]

Kátia Oliveira Cruz, companheira de Cícero Romão, disse em juízo que: [...]

Hugo Leonardo de Oliveira Melo - Delegado de Polícia Civil, afirmou me Juízo que: [...]

Interrogados em juízo, os réus negaram a autoria do crime.

Pois bem.

Os réus teriam matado a vítima IVANOVITE MOURA TEIXEIRA, mediante disparos de arma de fogo, em 02/10/2008, por volta de 20:00 hs, na praia do Jatobá, Município de Barra dos Coqueiros, por motivo de vingança.

Tal vingança, conforme se apurou das investigações do delito, teria sido deflagrada, pelo fato de IVANOVITE MOURA TEIXEIRA ter sido um dos autores de um roubo, ocorrido em 30/08/2008, na Fazenda do réu PAULO NUNES DO NASCIMENTO, no município de Lagarto/SE, ocasião em que foram subtraídos pertences de valor material, a exemplo de celulares e uma moto BIZ, e submetidos à pressão sob arma em punho, seus familiares (incluindo uma criança de

Superior Tribunal de Justiça

tenra idade) e o caseiro do local.

A testemunha declarante Cícero Romão Batista, apesar de ter negado em juízo que conhecia IVANOVITE MOURA TEIXEIRA, pois estava sob aparente temor, confessou em depoimento durante o inquérito policial (fls.122/126), que praticou o roubo na fazenda de PAULO NUNES DO NASCIMENTO, juntamente com IVANOVITE MOURA TEIXEIRA: (...) Então no dia seguinte (sábado) o depoente foi a Aracaju encontrar-se com Ivanovite, que asseverou que já tinha 'olhado', isto é feito o levantamento do local que iria ser assaltado dizendo que era uma Fazenda no Município de Lagarto/SE, na saída de Riachão. Em torno das 17 horas o depoente e Ivanovite foram para Lagarto no pátio deste, deixaram o veículo próximo a saída de Riachão e voltaram a pé para a Fazenda a ser roubada. Aguardaram um pouco nos matos próxima a cerca da Fazenda, e, em seguida invadiram a casa. Frisou que estava com um revólver calibre 38 e o Ivanovite com uma pistola, não sabendo o calibre dela.(...)

Restou apurado que, no dia do crime, 02/10/2008, a vítima se encontrava nas imediações da Merceria do Eraldo, localizada na Rua Acre, nº 1604, no Siqueira Campos/ Aracaju-SE quando foi arrebatada por três indivíduos, sendo colocada no interior do veículo gol preto de placa policial MVI0246, de FLÁVIO NUNES DE SOUZA e levada para Rua Constantino Gomes Souza, paralela a via pública Manoel Bonfim, onde fica situado o Bar do Simeão, Bairro Castelo Branco.

Durante o ato, na Rua Constantino Gomes de Souza, a vítima foi retirada do interior do veículo gol preto e conduzida para o interior de um dos veículos dos demais acusados.

O veículo gol preto de placa policial MVI0246 foi encontrado abandonado na Coroa do Meio, Aracaju/SE, diante de tal fato, a polícia entrou em contato com o proprietário IZAQUE SANTANA DE OLIVEIRA, que informou que vendeu o carro para FLÁVIO NUNES DE SOUZA, mas que não tinha ainda transferido o carro para o nome do comprador (fls.35/36).

FLÁVIO NUNES DE SOUZA, por sua vez, prestou um boletim de ocorrência na Delegacia, alegando seu veículo havia sido furtado, e que na hora do fato (horário compreendido entre a morte e o sequestro de IVANOVITE MOURA TEIXEIRA), estava na Orla de Atalaia, na companhia de um amigo chamado Clenaldo José Francisco (Cabeção), o qual, ouvido na DEPOL, desmentiu a versão de FLÁVIO NUNES DE SOUZA.

Neste sentido, destaquem-se os seguintes trechos dos depoimentos de FLAVIO NUNES DE SOUZA, fls. 43/46, e de Clenaldo José Francisco : '(...) Então por volta das 18h:30min, seu colega Clenaldo foi até a sua residência lhe convidar para tomar uma cerveja na Orla da Atalaia, que foi de pronto aceito. Nisso os dois saíram com destino ao bares da orla no automóvel de Clenaldo, um pátio.(...)'. Depoimento de Flávio

Superior Tribunal de Justiça

Nunes de Souza.

Clenaldo José Francisco, fls. 164: '(...) a única vez que veio em Aracaju, foi em agosto do ano em curso(...) Frisou que não possui automóvel apenas uma moto CG150 (...) Salientando que sequer possui habilitação para dirigir automóvel (...) Que não veio a Aracaju no início de outubro do corrente ano como alhures dito muito menos passou na residência de Flávio, pois sequer sabe onde este mora aqui em Aracaju.(...).'

Frise-se que, um veículo com as mesmas características (um gol preto), foi visto no local em que a vítima foi arrebatada.

Durante o curso da investigação policial, foi realizada a quebra de sigilo das comunicações telefônicas dos acusados, a partir das quais se verificou o intenso contato entre estes em dias anteriores ao crime, inclusive no dia do homicídio.

Vale ressaltar que, embora os réus tenham alegado em interrogatório judicial, não saberem à época quem eram os supostos autores do crime de roubo praticado na fazenda de PAULO NUNES DOS NASCIMENTO, a quebra de sigilo telefônico demonstrou que foram feitas diversas ligações de telefone móvel dos réus para a vítima.

Consta à fl.721, que PAULO NUNES DOS NASCIMENTO (nº de telefone: 9979-1402), 05 dias após o referido crime ocorrido em sua fazenda, ou seja, em 04/09/2008, ligou para a vítima (nº de telefone 9920-5023), às 18:19:32 e às 18:52:52. Além disso, voltou a ligar para a vítima no dia 06/09/2008, em três horários distintos, às 12:56:15, às 15:15:29 e 18:35:50 (fls. 725 e 726.723/725) e no dia 07/09/2008, às 02:06:50 e 16:26:56 (fls.725/726).

Igualmente, pode-se constatar que FLAVIO NUNES DO NASCIMENTO (nº de telefone: 9986-6483) realizou quatro ligações para o celular da vítima, no dia 12/09/2008 (fl.926) e no dia 18/09/2008, realizou cinco ligações para a vítima (fl.933).

Também é possível vislumbrar, às fls. 1168, que, JOSÉ ANTÔNIO DIAS FILHO (nº de telefone: 9959-4946) ligou para o telefone móvel da vítima, em data anterior ao crime, qual seja dia 12/09/2008, às 09:56:40 hs.

A localização dos réus PAULO NUNES DOS NASCIMENTO, FLAVIO NUNES DO NASCIMENTO e JOSÉ ANTÔNIO DIAS FILHO, no momento em que a vítima foi arrebatada, bem como no momento da execução do crime foi possível também em decorrência da quebra de sigilo das comunicações telefônicas a partir da análise das ERBs.

Depreende-se de informações da Operadora VIVO que, as ERBS 921(na Rua Venezuela) e 920 (rua José Correia Paz) cobrem a Rua Constantino Gomes de Souza (local em que a vítima foi trocada de veículo), bem como a ERB 913 e a 921 cobrem a Rua Acre com Amapá, local em que a vítima foi inicialmente arrebatada, fls. 647.

Vale destacar que, o acusado FLAVIO NUNES DE SOUZA, por meio de seu aparelho móvel nº 9986-6483, às 19:09:45h ligou para o

Superior Tribunal de Justiça

número 9920-5023, pertencente à vítima Ivanovite, e neste momento o apontado Réu encontrava-se na ERB nº 922, a qual compreende região próxima a qual a vítima foi inicialmente arrebatada, conforme se depreende do histórico de chamada de fls.943.

Outrossim, constam também nos registros de fl.943, ligações telefônicas realizadas entre FLAVIO NUNES DE SOUZA (nº de telefone: 9986-6483) e PAULO NUNES DOS NASCIMENTO (nº de telefone: 9979-1402), e vice-versa, nos horários de 17:22:57, 19:29:07, 19:31:56, 19:44:59, as quais indicam que se encontravam nas ERBs nº 913 e a 921, que, conforme já explanado, cobrem a Rua Acre com Amapá, local em que a vítima foi inicialmente arrebatada.

Verificam-se ainda, nos histórico de chamadas de fls. 787, 943 e 1236, ligações dos telefones móveis dos acusados JOSÉ ANTÔNIO DIAS FILHO, PAULO NUNES DO NASCIMENTO e FLAVIO NUNES DE SOUZA, na ERB nº 993, que compreende precisamente o povoado Jatobá, no município de Barra dos Coqueiros, conforme fls. 821, em horário por volta da 20h (momento da consumação do homicídio).

Neste sentido, verifico que, as provas carreadas aos autos, demonstram a autoria dos réus PAULO NUNES DO NASCIMENTO, FLÁVIO NUNES DE SOUZA, JOSÉ ANTÔNIO DIAS FILHO do homicídio qualificado, que lhes é imputado na denúncia.

Quanto ao réu JOSÉ ORBSMARK NEPOMUCENO FIGUEIROA, entendo que não restou comprovada nos autos, a autoria em relação ao crime que lhe foi imputado previsto no art. 121, § 2º, II, III e IV do Código Penal, pelas razões a seguir expostas.

O réu JOSÉ ORBSMARK NEPOMUCENO FIGUEIROA, agente de polícia civil, afirmou em juízo, durante seu interrogatório, que trabalhava na DIPOL (Divisão de Inteligência da Polícia Civil), com análise do crime, à época dos fatos e que durante a investigação acerca do roubo ocorrido na fazenda de PAULO NUNES DO NASCIMENTO, fez análise das interceptações telefônicas. Afirmou também, que passava material acerca da investigação para o delegado Hugo Leonardo.

Ocorre que, o réu trabalhava na DIPOL, não tinha atribuição para realizar as investigações do roubo ocorrido na fazenda do réu PAULO NUNES DO NASCIMENTO, e embora o Delegado tenha afirmado que a informação lhe foi transmitida, foi justamente após esta consulta ao INFOSEG (fl.477) em 09.09.2008, que o réu começou a fazer levantamentos na área em que a vítima costumava frequentar, conforme localização da ERB do seu telefone 88197437 (fls.532) a partir do dia 10.09.2008, nos dias que antecederam o fato.

Foi após isto, que os demais réus começaram a entrar em contato telefônico com a vítima, e justamente na região em que o levantamento foi feito pelo policial, réu neste processo, que os réus marcaram encontro com a vítima e esta foi abordada.

Ressalte-se que os próprios réus não negam a relação de

Superior Tribunal de Justiça

amizade entre si.

Ocorre que, quanto ao delito de homicídio, não vislumbro comprovado o elemento do tipo necessário para pronúncia, consistente no dolo de praticar o crime, pois, embora a localização dos outros réus no momento do crime, tenha sido identificada por conta das ERB's verificadas nos registros de ligações telefônicas deles (consta que estavam no povoado Jatobá, no município de Barra dos Coqueiros, por volta das 20 hs); não foi possível identificar a ERB do réu JOSÉ ORBSMARK NEPOMUCENO FIGUEIROA, no momento do crime (fl.555).

O que se depreende dos autos é que o réu JOSÉ ORBSMARK NEPOMUCENO FIGUEIROA, queria colaborar para que seus amigos pudessem descobrir os autores do delito que foram vitimados e por meio da vítima neste processo, achassem os outros autores, em violação ao seu dever funcional, mas não colaborar para a prática do delito de homicídio.

Aliás, vale ressaltar que, ao contrário dos outros réus, não consta nos registros de ligações telefônicas de JOSÉ ORBSMARK, ligações para a vítima IVANOVITE MOURA TEIXEIRA.

Além disso, a testemunha Guilherme Eugênio Rodrigues de Menezes, em seu depoimento em juízo, ao descrever o momento em que réus teriam trocado de veículo, não soube dizer com precisão, se o carro prata era uma Astra, pois assim afirmou: '(...) Que chegou um carro prata. Que poderia ser um Astra. Que depois estavam entre um carro e outro de três a quatro pessoas. (...)'. (grifo nosso)

Neste diapasão, não há provas nos autos que justifiquem a pronúncia do réu JOSÉ ORBSMARK NEPOMUCENO FIGUEIROA, pleiteada pelo Parquet quanto ao delito de homicídio qualificado.

Da mesma forma, não vislumbro também a hipótese de incidência do delito previsto no art. 319 do CP, pois, como exposto pelo Delegado de Polícia e já explanado acima, na polícia não são distribuídas competências e sim atribuições, podendo qualquer policial praticar atos investigatórios em âmbito diverso de suas funções, mormente se lotado em local com amplitude Estadual como o Centro de Inteligência.

No que pertine ao delito previsto no art. 312 do CP, o próprio Ministério Público em alegações finais não pugnou pela pronúncia, e efetivamente não contemplo nos autos provas da efetiva utilização de bem, o veículo funcional que lhe era acautelado, no dia da prática do delito para colaboração com o fato delituoso.

A conduta do réu, todavia, é reprovável criminalmente e prevista no art. 325, § 2º e art. 348 todos do CP.

Quanto ao primeiro delito restou já fundamentado e evidenciado conforme explanação dos fatos acima, que o réu JOSÉ ORBSMARK NEPOMUCENO FIGUEIROA, não apenas revelou os

Superior Tribunal de Justiça

dados sigilosos, que obteve em razão do cargo, ao Delegado de Polícia, mas também o fez aos demais réus, e que esta conduta gerou dano irreparável a outrem, que poderia responder por seus atos na forma da lei, mas pelo contrário teve sua vida ceifada.

Quanto ao delito previsto no art. 348 do CP, o réu JOSÉ ORBSMARK NEPOMUCENO FIGUEIROA, confessa às fls. 189 que recebeu o telefonema do réu JOSÉ ANTONIO, em horário que pelas provas dos autos, o crime já havia sido praticado, e que orientou que o réu FLÁVIO registrasse um Boletim de Ocorrência de desaparecimento do veículo, justamente utilizado para levar a vítima.

Conforme fls. 44e 943, a ligação ocorreu por volta da meia noite do dia do fato, e a localização da ERB do réu JOSÉ ANTONIO era na região da Barra dos Coqueiros.

Ora, mesmo que JOSÉ ORBSMARK NEPOMUCENO FIGUEIROA, não tivesse o dolo da prática do homicídio, como já explanado, praticou dolosamente a conduta de auxiliar os réus a subtrair-se da autoridade pública, sabendo ou do homicídio, pois a ligação ainda foi da Barra dos Coqueiros e logo após o crime, ou no mínimo de uma coação ilegal em relação a uma pessoa, pois foi o mesmo veículo utilizado para abordar a vítima.

Desta forma deve ser o réu JOSÉ ORBSMARK NEPOMUCENO FIGUEIROA condenado pela prática dos delitos previstos nos arts. 325, § 2º e 348 do CP.

2.4. Qualificadoras

José Frederico Marques leciona que:

'É aconselhável, por outro lado, que o magistrado dê a entender, sempre que surja controvérsia a propósito de elementares do crime, que sua decisão acolhendo circunstância contrária ao réu ou repelindo as que lhe sejam favoráveis, foi inspirada no desejo de deixar aos jurados o veredicto definitivo sobre a questão, a fim de não subtrair ao Júri o julgamento do litígio em todos os seus aspectos.'

Os réus foram denunciados pela prática do delito, previsto no art.121, § 2º, incisos II, III e IV, do CP, sendo-lhes atribuídas pelo Ministério Público, desta forma, as qualificadoras de motivo fútil, utilização de tortura para a prática do homicídio e a utilização de recurso que tornou impossível a defesa do ofendido.

Passo a analisar cada qualificadora individualmente.

2.4.1 Da inexistência da qualificadora de motivo fútil (art.121, § 2º, inciso II do CP)

Segundo o Ministério Público, o homicídio teria sido motivado por vingança, o que justificaria a qualificadora de motivo fútil. Acontece que, a vingança não é motivo fútil, embora, eventualmente, possa caracterizar motivo torpe.

Conforme bem explica, Rogério Sanches, motivo fútil 'é o motivo desproporcional, insignificantes, caso em que o agente executa o crime

Superior Tribunal de Justiça

por mesquinha. Não se deve confundi-lo com o motivo injusto. Este é elemento integrante do crime. Para que se reconheça a futilidade da motivação é necessário que além de injusto, o motivo seja realmente insignificante.'

Desta forma, afasto a qualificadora prevista no § 2º, inciso II, do art. 121, do Código Penal.

2.4.2 Da inexistência da qualificadora de tortura (art.121, § 2º, inciso III, do Código Penal)

Restou comprovado nos autos que o crime foi provocado por disparos de arma de fogo e não por tortura. Esta é meio que causa prolongado, atroz e desnecessário padecimento. Na verdade, a tortura é uma modalidade de meio cruel, distinguindo-se somente pelo aspecto temporal, exigindo uma ação um pouco mais prolongada.

No laudo cadavérico de fls.155/156, consta que 'existe nexos entre as lesões, ação perfuro-contundente e sua causa mortis, bem como ação de animais predadores.' (grifo nosso)

O laudo de exame pericial de fls. 1.461/1478, ainda é mais específico nesse ponto, constando no seu item 'TV- Esclarecimentos', 'que nas lesões encontradas na boca olhos e orelhas, havia característica de ser de procedência animal ou pássaros de rapina que existem na região.' (grifo nosso).

Ademais, respondendo ao questionamento de cota promotorial, o médico perito foi incisivo em dizer que as lesões constantes no olho da vítima não haviam sido provocadas por ação humana proveniente de tortura, e sim, que eram provenientes da ação de animais predadores post mortem (fl.1.448).

Neste sentido, não há provas de que o crime foi praticado mediante tortura da vítima, não merecendo, portanto, prosperar a qualificadora prevista no § 2º, inciso III, do art. 121, do Código Penal.

2.4.3 Da existência da qualificadora de utilização de recurso que tornou impossível a defesa do ofendido (art.121, § 2º, inciso IV, do Código Penal)

A vítima teve ceifada sua vida, mediante disparos de arma de fogo, sem que fosse possível a sua defesa.

Outrossim, antes de ser levada ao Jatobá, no Município de Barra dos Coqueiros, onde foi executada, a vítima foi arrebatada pelos três réus, no Bairro Siqueira Campos, em Aracaju e colocada em um veículo de um dos acusados (gol preto de placa policial MVI0246) e posteriormente colocada em outro veículo, fato que dificultou também a defesa.

Neste sentido, resta presente a qualificadora prevista no § 2º, inciso IV, do art. 121, do Código Penal.

3.0. DISPOSITIVO

Pelo exposto e, por tudo o mais do que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a denúncia, com fulcro no

Superior Tribunal de Justiça

art. 413 do Código de Processo Penal, para PRONUNCIAR os denunciados PAULO NUNES DO NASCIMENTO, FLÁVIO NUNES DE SOUZA e JOSÉ ANTÔNIO DIAS FILHO, já qualificados nos autos, como incurso na pena do art. 121, § 2º, inciso IV, do Código Penal, a fim de submetê-los a julgamento pelo Tribunal do Júri.

Outrossim, IMPRONUCIO o denunciado JOSÉ ORBSMARK NEPOMUCENO FIGUEIROA, com fulcro no art. 414 Código de Processo Penal, quanto aos delitos previstos nos arts. 121, § 2º, incisos II, III e IV, art. 312, art. 319 c/c art. 69, todos do Código Penal.

CONDENO o denunciado JOSÉ ORBSMARK NEPOMUCENO FIGUEIROA, qualificado nos autos, como incurso nas sanções previstas nos arts. 325, § 2º e 348 do CP."

A Corte estadual, de seu turno, rechaçou a alegada nulidade da pronúncia, aduzindo que *"em relação ao alegado excesso de linguagem do magistrado a quo ao pronunciar os ora Recorrentes, observo que tal alegação também não deve prosperar, tendo em vista que o dito magistrado não ultrapassou os limites para demonstrar os indícios suficientes de autoria e a materialidade necessários ao submetimento dos Réus ao júri popular"* (fl. 305).

Ao contrário do que afirma a impetração, a pronúncia se limitou a demonstrar a justa causa para submeter o acusado a julgamento pelo Tribunal do Júri e a existência do crime e dos indícios suficientes de sua autoria.

Dessa forma, não merece reparos o acórdão recorrido, pois, conforme ressaltado, na pronúncia, o Magistrado Singular apenas evidenciou, de forma comedida, a justa causa para o julgamento pelo Tribunal do Júri, sem incorrer no vício do excesso de linguagem.

De fato, como bem asseverou o acórdão, a sentença de pronúncia exige a explicitação suficiente dos fundamentos que levaram o magistrado a assim decidir, em observância ao disposto no art. 93, inciso IX, da Constituição Federal.

Com efeito, a teor do disposto no art. 413 do Código de Processo Penal, faz-se necessária a exposição detida das razões de convencimento do julgador a respeito da materialidade e dos indícios de autoria da conduta delitiva (justa causa).

A propósito, os seguintes julgados desta Corte Superior de Justiça:

"PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. PRONÚNCIA. FUNDAMENTOS

CONCRETOS. SENTENÇA DE PRONÚNCIA E DECORRENTE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. EXCESSO DE LINGUAGEM. INOCORRÊNCIA.

[...]

3. A sentença de pronúncia e acórdão que a confirmou apenas valoraram a prova dos autos na confirmação dos requisitos de admissibilidade para o Júri (certeza da materialidade de crime doloso e qualificado contra a vida, além de indícios de autoria), sem expressões de certeza ou aptas a gravosamente influir na decisão dos jurados. Nulidade por excesso de linguagem rejeitada.

4. Habeas corpus *denegado*." (HC 325.913/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 17/09/2015, DJe 08/10/2015).

"PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRÉVIO MANDAMUS DENEGADO. PRESENTE WRIT SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. INVIABILIDADE. VIA INADEQUADA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. FALTA DE JUSTA CAUSA. NEGATIVA DE AUTORIA E AUSÊNCIA DE MATERIALIDADE. EXAME APROFUNDADO DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. NECESSIDADE. MATÉRIA INCABÍVEL NA VIA ELEITA. EXCESSO DE LINGUAGEM NA PRONÚNCIA. INOCORRÊNCIA. DESCRIÇÃO SUFICIENTE DOS FATOS. PRISÃO PREVENTIVA. LETARGIA PROCESSUAL. AUSÊNCIA. PACIENTE FORAGIDO. DELONGA JUSTIFICADA NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. PLEITO DEFENSIVO DE DESAFORAMENTO PENDENTE DE DECISÃO FINAL. FUNDAMENTAÇÃO DA CUSTÓDIA. GRAVIDADE DO CRIME. MODUS OPERANDI DELITIVO. FUGA DO DISTRITO DA CULPA. ELEMENTOS CONCRETOS A JUSTIFICAR A MEDIDA. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. OCORRÊNCIA. FLAGRANTE ILEGALIDADE. INEXISTÊNCIA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. É imperiosa a necessidade de racionalização do emprego do habeas corpus, em prestígio ao âmbito de cognição da garantia constitucional e em louvor à lógica do sistema recursal. In casu, foi impetrada indevidamente a ordem como substitutiva de recurso ordinário.

2. O trancamento da ação penal em sede de habeas corpus é medida excepcional, somente se justificando se demonstrada, inequivocamente, a ausência de autoria ou materialidade, a atipicidade da conduta, a absoluta falta de provas, a ocorrência de causa extintiva da punibilidade ou a violação dos requisitos legais exigidos para a exordial acusatória, o que não se verificou na espécie.

3. A alegação de falta justa causa, consubstanciada na negativa de autoria e na ausência de materialidade, não relevada de pronto e em

Superior Tribunal de Justiça

sendo já objeto de exame pelo magistrado singular, culminando com a prolação da pronúncia, demanda inexoravelmente revolvimento de matéria fático-probatória, não condizente com a via angusta do writ, devendo, pois, serem agora avaliadas pelos jurados.

4. Não há como reconhecer qualquer excesso de linguagem na pronúncia se a descrição da pretensa conduta delituosa foi feita de forma suficiente ao exercício do direito de defesa, com a narrativa de todas as circunstâncias relevantes, permitindo, a leitura da decisão, a compreensão da acusação, com espeque no artigo 413 do Código de Processo Penal.

[...]

8. Habeas corpus não conhecido." (HC 225.774/PE, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 04/02/2014, DJe 18/02/2014.)

Ante o exposto, CONHEÇO PARCIALMENTE e, nesta extensão,
DENEGO A ORDEM de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora